

Negócios de escravos de um florentino em Cabo Verde: descrições e reflexões sobre a sociedade e o tráfico em finais do século XVI

Maria Manuel Ferraz Torrão

Departamento de Ciências Humanas
Instituto de Investigação Científica Tropical

André Teixeira

Centro de História de Além-Mar
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas/ Universidade Nova de Lisboa

Francesco Carletti, viajante e mercador florentino, percorreu grande parte do mundo nos finais do século XVI e início do XVII. Este italiano, que consta ter sido o homem que introduziu o chocolate na Europa seiscentista, deixou incluída no seu *Relato de Viagem à Volta do Mundo*, uma preciosa descrição sobre as ilhas de Cabo Verde e a sua integração económica nas rotas comerciais atlânticas. Texto relativamente pouco conhecido e que não tem sido analisado de forma exaustiva, é um importante instrumento de trabalho que importa conhecer e divulgar.

Este trabalho debruça-se apenas sobre a parte inicial da sua jornada, de Sevilha a Cabo Verde e deste arquipélago a Cartagena. Embora se possa argumentar que não dá novas e espectaculares visões sobre o que se passava nestas ilhas e nas rotas do tráfico negreiro em que estavam integradas, é sem dúvida um relato pormenorizado, que confirma e complementa outra documentação da época. Narrado na primeira pessoa do singular, tem a dualidade de, por um lado, retratar de modo pitoresco e agradável aspectos do quotidiano da cidade tropical da Ribeira Grande e, por outro, revelar de forma clara e esclarecida assuntos tão específicos como por exemplo os mecanismos comerciais e financeiros utilizados no tráfico negreiro, os quais só se conseguem compreender com o recurso à documentação oficial da Casa da Contratação de Sevilha.

1. O autor e a obra¹

Francesco Carletti nasceu em Florença em 1573, filho de Antonio Carletti e de Lucrecia Macinghi. Seu pai pertencia a uma família de comerciantes florentinos que mantinham estreitas relações com a Península Ibérica². Ao atingir 18 anos de idade, Francesco foi enviado para Sevilha pelo pai a fim de aprender a profissão de mercador, rumando do porto toscano de Livorno “na companhia e ao serviço” do seu compatriota Niccolò Parenti, há anos radicado em Castela. O

¹ A obra utilizada para recolher estes elementos foi *Voyage autour du Monde de Francesco Carletti (1594-1606)*, introdução e notas de Paolo Carile, tradução de Frédérique Verrier, Paris, Éditions Chandeigne, 1999. Pontualmente este texto foi cotejado com a versão italiana *Giro del Mondo del Buon Negreiro (1594-1606) di Francesco Carletti*, Milão, Valentino Bompiani, (19)29.

² De facto, não obstante outros estados italianos terem maior preponderância marítima e comercial nos derradeiros séculos da Idade Média, destacando-se Veneza e Génova com larga tradição no trato de médio e longo curso, ainda assim a Toscana manteve-se, desde o segundo quartel do século XV e ao longo da centúria seguinte, atenta às novidades vindas de regiões longínquas exploradas pelas potências ibéricas. Vários foram, por exemplo, os naturais deste grão-ducado que participaram em viagens de descoberta e reconhecimento de vastas zonas do globo, como Américo Vespúcio, no Atlântico, Giovanni da Verrazano na América do Norte ou Giovanni da Empoli na Ásia. Em Portugal, prósperos banqueiros florentinos como os Marchioni ou os Sernigi tiveram um papel assaz relevante no financiamento das expedições africanas ou asiáticas da Coroa, encontrando-se agentes seus em frotas lusas para diversas partes do mundo. Veja-se a entrada de Cármen Radulet, “Relações de Portugal com Florença”, in *Dicionário de História dos Descobrimentos Portugueses*, Lisboa, Caminho, 1994, vol. I, pp. 429-30, além de outros trabalhos desta autora reunidos na colectânea *Os Descobrimentos Portugueses e a Itália*, Lisboa, Vega, 1991.

tutor, além de ensinar ao jovem Carletti os mais básicos mecanismos do mester, deveria também introduzi-lo nos circuitos comerciais que tinham como base aquela cidade Andaluza³.

Em 1593, dois anos após a sua chegada a Sevilha, Francesco passou a contar com a companhia do pai, que entretanto se estabelecera nesta cidade. Juntos iniciaram uma viagem que, à partida, pretendia ser uma mera participação nos negócios negreiros: o jovem florentino deveria dirigir-se ao arquipélago de Cabo Verde, um dos principais entrepostos de venda de escravos no Atlântico, rumando depois às Índias Ocidentais, o grande mercado americano receptor, devendo regressar à Europa com os lucros da transacção⁴. No entanto, os percalços comerciais da jornada, que adiante serão desenvolvidos, fizeram com que esta redundasse num fracasso financeiro, levando os dois italianos a alterar os planos iniciais.

A partir da Colômbia iniciaram um périplo pelo mundo sem rumo definido, movendo-se de porto em porto com o fito de alcançar melhores oportunidades de negócio. Assim, numa primeira fase navegaram ao longo da costa da América espanhola, do Panamá ao Peru, de Salvador ao México, comprando e vendendo produtos, procurando recuperar o investimento inicial. Não obstante a prosperidade económica e organização social pacífica e harmoniosa registada nestas terras, Antonio decidiu que a oportunidade comercial exigia a continuação da viagem. Em 1596, os Carletti aventuraram-se pelo Oceano Pacífico, dirigindo-se às Filipinas no trilha do galeão de Manila, que três décadas antes iniciara relações regulares entre a América e a Ásia⁵. Daqui “espreitaram” as grandes potencialidades económicas do Extremo-Oriente, dirigindo-se primeiro ao Japão, onde permaneceram nove meses, depois à China, estabelecendo-se em Macau por longos 21 meses.

Antonio Carletti faleceu, entretanto, nesta cidade, o que obrigou Francesco a continuar a viagem sozinho. Tendo penetrado na rede comercial portuguesa asiática e notando as dificuldades em regressar a Castela pelo mesmo percurso, o jovem florentino decidiu rumar à capital do Estado da Índia, apostando no retorno ao seu continente pela rota do Cabo. Em 1599, depois de escalar Malaca, chegou a Goa, onde permaneceu perto de 2 anos. A cidade da costa ocidental do Hindustão deixou as mais profundas marcas em Francesco Carletti, não só pela sua prosperidade comercial, escápula de um grande número de circuitos mercantis orientais⁶, como pelos prazeres do seu quotidiano, sobretudo ao nível da gastronomia e do amor, uma imagem que a aproximava do paraíso terrestre.

Em 1602, percorrendo já o Atlântico na viagem de regresso à Europa, Carletti foi surpreendido por mais um percalço, quando a embarcação da Carreira da Índia em que seguia, o navio *Santiago*, foi capturada por uma esquadra neerlandesa junto à ilha de Santa Helena⁷. Nesta ocasião, Francesco optou por seguir com os corsários até à sua região de origem, a fim de tentar reaver os seus bens que, como a demais carga das naves portuguesas, haviam sido apresados. Depois de uma escala na ilha de Fernando Noronha, onde a tripulação do navio capturado foi abandonada, o florentino chegou a Middelburg, onde ficou nos três anos seguintes. Não tendo

³ Os laços privilegiados da Toscana com a monarquia espanhola, ao longo de praticamente todo o século XVI, favoreceram também a sua participação nas empresas deste potentado e a presença de mercadores florentinos nas suas principais cidades comerciais.

⁴ Linha de comércio estudada por Maria Manuel Ferraz Torrão, *Tráfico de Escravos entre a Costa da Guiné e a América Espanhola - Articulação dos Impérios Ultramarinos Ibéricos num Espaço Atlântico (1466-1595)*, 2 vols., Dissertação apresentada nas provas de acesso à categoria de Investigador Auxiliar no Instituto de Investigação Científica Tropical, orientada por Maria Emília Madeira Santos, em vias de publicação.

⁵ Sobre este assunto veja-se entre outros o estudo de Cornelio Bascara e Marcelino A. Foronda Jr., *Manila*, Madrid, Editorial Mapfre, 1992 e William Lytle Schurtz, *El Galeón de Manila*, Madrid, Ediciones de Cultura Hispánica, 1992.

⁶ Aspecto particularmente bem ilustrado no *Livro das Cidades e Fortalezas que a Coroa de Portugal tem nas partes da Índia...*, redigido na década de 1580, editado por Francisco Mendes da Luz, in *Stvdia*, nº6, Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, Julho 1960, pp. 351-63.

⁷ Nau capitânea da primeira de uma série de armadas extraordinárias de auxílio, enviadas de Portugal ao Oriente nos inícios de seiscentos, o *Santiago* iniciou o seu regresso a Lisboa no Natal de 1601. Segundo André Murteira, dois factos terão estado na origem da sua captura em Santa Helena: o sobrecarrego anormal, que lhe prejudicou o desempenho em combate; o ter seguido sozinho, com ordem para escalar naquela ilha atlântica, não obstante os incidentes dos anos anteriores. O desfecho favorável às três embarcações zelandesas, que lhes permitiu arrecadar avultadíssimo saque, fazem deste episódio um caso isolado de derrota portuguesa em recontros casuais com os seus contendores europeus, nestas primeiras décadas do século XVII, tendo determinado a proibição da escala da Carreira da Índia em Santa Helena (André Murteira, *A Carreira da Índia e o Corso Neerlandês 1595-1625*, dissertação de mestrado em História dos Descobrimentos e Expansão Portuguesa apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, policopiada, pp. 24-37).

conseguido recuperar o que lhe pertencia, Carletti decidiu regressar a Florença, mais pobre do que quando partira, chegando aí em 1606, depois de uma breve estadia em Paris, junto da Corte francesa.

Imediatamente após a sua chegada à cidade natal, Francesco Carletti foi agraciado pelo grão-duque da Toscana Fernando I, que o fez seu conselheiro, vindo a ser provido pelo seu sucessor Cosme II no cargo de *maestro di casa*. Para além do exercício de cargos palatinos, desempenhou também missões diplomáticas na Europa, tarefa em que lhe terão valido os conhecimentos adquiridos após o seu extenso périplo mundial, nomeadamente a sua estada nas Províncias Unidas. Faleceu em Florença a 12 de Janeiro de 1636, com 63 anos de idade, no termo de uma vida adulta passada em ambiente cortesão, depois de uma espectacular aventura na juventude⁸.

A viagem deste italiano em torno do globo ficou registada num manuscrito que deixou na Corte toscana. Nele o florentino descreveu todas as etapas do seu enorme périplo, numa narração que é das mais ricas e interessantes da época, uma vez que foca aspectos ignorados por outros relatos. Dado que a viagem não tinha qualquer carácter político ou religioso, abordou as temáticas do quotidiano sem o pendor ideológico de empresas oficiais. A clara preponderância da visão mercantil sobre a realidade observada, essencialmente nos portos costeiros e cidades cosmopolitas, conferiu ao seu texto uma maior abertura face ao elemento exógeno, não obstante algumas apreciações de carácter ideológico e moral. O gosto pelo exótico, a pormenorizada descrição da flora e da fauna e a sensibilidade pessoal de Francesco Carletti, presente sobretudo ao nível da relação humana, conferem a esta fonte uma dimensão assaz original, apesar de enformada numa tradição de escrita mercantil e biográfica deste grupo social, particularmente presente na Itália e sobretudo na Toscana desde a Idade Média⁹.

O escrito de Carletti terá sido redigido entre 1608 e 1615, poucos anos após o seu regresso à Europa, destinando-se sobretudo ao uso prático na Corte do grão-duque da Toscana, que se interessava pelas realidades de regiões distantes do globo, particularmente do ponto de vista económico. Tal facto justifica que boa parte das informações tenham um carácter utilitário, técnico e geográfico, nomeadamente ao nível dos mecanismos de comércio, embora não tivesse sido esse o propósito da viagem do florentino. A obra foi elaborada recorrendo à memória, como o próprio autor afirma nas linhas iniciais, uma vez que todas as suas notas haviam sido confiscadas pelos corsários neerlandeses em Santa Helena. Assim se explica que as suas duas partes, a primeira dedicada ao trajecto entre a Península Ibérica e a América, passando por Cabo Verde, a segunda à estadia na Ásia e no Norte da Europa, tenham dimensões e grau de pormenor claramente distintos: a referente à jornada mais antiga é necessariamente mais curta e vaga que a alusiva à segunda parte da viagem. Cada uma destas partes é dividida em vários “*ragionamento*”, coincidentes com etapas ou regiões visitadas por Carletti e, talvez, com audiências do próprio junto do grão-duque da Toscana, a quem a obra terá sido lida. É ainda de assinalar que o autor incluiu no relato, para além das informações resultantes da sua experiência pessoal, dados recolhidos em obras consultadas após o seu regresso à Europa, como outros textos de viajantes, crónicas, cartas jesuíticas e um livro chinês de geografia¹⁰.

A primeira edição do relato de Carletti ocorreu em 1701, por iniciativa da Academia de la Crusca de Florença, com o título *Ragionamenti di Francesco Carletti Fiorentino sopra le cose da lui vedute ne' suoi viaggi si dell' Indie Occidentali e Orientali come d'altri Paesi*, conhecendo maior divulgação a partir da segunda edição, em 1878, denominada *Viaggi di Francesco Carletti, da lui raccontati in dodici Ragionamenti e novamente editi da Carlo Gargioli*¹¹. É de mencionar que esta relação tem sido pouco utilizada pela historiografia portuguesa, não obstante revelar aspectos inéditos sobre a presença deste potentado ibérico em diversas partes do mundo, sendo esta circum-navegação muitas vezes ignorada.

⁸ Elementos essencialmente colhidos em *Voyage autour du Monde de Francesco Carletti (1594-1606)*, introdução e notas de Paolo Carile, tradução de Frédérique Verrier, Paris, Éditions Chandeigne, 1999, pp. 7-11, 15-19 e 25-35. Veja-se também a informação constante da página <http://216.239.59.104>.

⁹ Veja-se *Voyage autour du Monde ...*, pp. 11-14.

¹⁰ Veja-se *Voyage autour du Monde ...*, pp. 20-22.

¹¹ Como indica a página sobre este aventureiro (<http://www.sullacrestadellonda.it/esplorazioni>).

2. Na ilha de Santiago: gentes, plantas e animais

A primeira etapa da *Viagem à Volta do Mundo* de Francesco Carletti foi a que o conduziu da Península Ibérica a Cabo Verde. Partido do porto de San Lucar de Barrameda a 8 de Janeiro de 1594, o florentino chegou àquelas ilhas após 19 dias de calma navegação, aportando em Santiago. No caminho avistou as Canárias, arquipélago bem povoado e com abundantes vinhos e gados, segundo o seu relato; Carletti refere também a passagem junto ao Cabo Branco, local onde se pescaram muitos e bons pargos.

Na sua descrição geral de Cabo Verde, o italiano distingue dois grupos de ilhas, geograficamente tão afastados que quase os considerou dois arquipélagos. Um composto por seis ilhas, com Santiago ao centro, incluindo Sal, Boavista, Maio, Fogo e Brava. Outro incluindo quatro ilhas “todas juntas”, Santo Antão, São Vicente, São Nicolau e Santa Luzia. Embora Francesco Carletti não tenha visitado nenhum outro espaço cabo-verdiano além de Santiago, obteve certamente informações que lhe permitiram conceber a dicotomia entre os grupos de Sotavento e Barlavento, efectivamente com uma geografia, e também com uma realidade histórica, assaz distinta. A leitura atenta do seu texto permite supor que tenha visionado apenas as ilhas do Sal, Boavista e Maio, em rota para a capital do arquipélago, já que as informações erróneas dadas sobre o Fogo permitem negar que alguma vez a tenha avistado.

Em Santiago, Carletti fundeu “numa pequena cidade chamada Nome de Deus, com seu porto não muito grande orientado a Norte, seu bispo e cerca de cinquenta casas de portugueses casados”. A incorrecção do topónimo, certamente uma confusão com a cidade de Macau ou com a centro-americana que o florentino visitou anos depois, coloca a questão de qual o povoado a que se refere. Embora o editor da versão francesa o identifique com a vila da Praia, estamos em crer que se trataria antes da capital insular, a cidade da Ribeira Grande¹². A referência à pequenez do ancoradouro, uma das críticas recorrentes àquele burgo, e a menção à presença do prelado não levantam dúvida quanto a esta identificação. Já quanto à referência ao número de casas, aparentemente Francesco “contabilizou” apenas as residências mais fastosas da cidade, já que no final de quinhentos residiam ali cerca de 500 vizinhos; os mais de 5000 escravos então registados habitavam em modestas palhotas de materiais perecíveis, as quais não foram certamente consideradas pelo florentino¹³.

De facto, a segunda metade de quinhentos fora uma época de grandes investimentos na Ribeira Grande, com o lançamento da maior parte das grandes obras da cidade, tanto de carácter religioso, como defensivo. A urbe, embora de pequenas dimensões, mantinha ainda o seu esplendor, centrado na zona do pelourinho, a área comercial por excelência e o local onde se desenvolviam as actividades ligadas ao porto, estendendo-se pelos seus três bairros limítrofes. Não se afigura, pois, plausível que o mercador, que certamente se dirigiu ao centro mais cosmopolita do arquipélago, tenha desembarcado noutra localidade que não a Ribeira Grande.

Na descrição da ilha de Santiago Carletti referiu-se sobretudo a dois aspectos, que são aliás sempre realçados em toda a sua obra: por um lado, a sociedade local e a aparência das mulheres; por outro, as maravilhas da sua flora e fauna.

Ao florentino não passou despercebida a sociedade mestiça existente na ilha. Anotou os enlances de portugueses com negras africanas ou mulatas, “resultantes de uniões entre brancos e negros”, sendo as mestiças preferidas às europeias por serem “de natureza mais fresca e sã”. Os que resistiam a assumir a relação com estas mulheres do país tinham-nas como concubinas, acabando por, “vencidos pelo afecto”, viver e casar-se com elas, encontrando-se assim bem melhor que com as suas compatriotas.

Francesco indicou as razões para a preferência dos portugueses em juntar-se às mulheres do país. À partida tratava-se de uma questão meramente prática: as europeias pouco tempo conseguiam permanecer em Santiago sem ser flageladas por maleitas, a proficuamente

¹² A vila da Praia, era então um espaço urbano ainda em formação, assistindo-se mesmo a “um processo de desurbanização da vila” e de refúgio no interior de Santiago, motivado pelos ataques corsários e anos de seca. Cf. António Correia e Silva, *Espaços Urbanos de Cabo Verde: o Tempo das Cidades-Porto*, Lisboa, 1998, p. 12-16 e Fernando de Jesus Monteiro dos Reis Pires, *Da cidade da Ribeira Grande à Cidade Velha em Cabo Verde: análise histórico-formal do espaço urbano (séc. XV - séc. XVIII)*, Lisboa, 1999.

¹³ Informações constantes da relação de Francisco de Andrade, de 26 de Janeiro de 1582, e de uma carta do jesuíta Baltazar Barreira, de 1 de Agosto de 1606, publicadas na *Monumenta Missionária Africana*, 2ª série, Lisboa, Agência Geral do Ultramar, vol. III, 1963, pp. 97-107 e vol. IV, 1964, p. 162.

citada em fontes da época “doença da terra”. Sobre este assunto o italiano repetiu, aliás, informações dadas por fontes coevas, referindo a dificuldade dos recém chegados europeus sobreviverem em clima tão hostil¹⁴. A sua argúcia transmite, porém, a curiosa imagem dos brancos doentes, vindos da Europa, cambaleando pelas ruas da cidade, de aspecto lívido, aparência baça, parecendo mais mortos que vivos. Segundo o seu testemunho, a moléstia ocorria sobretudo na época das chuvas, estação erradamente caracterizada por Carletti como um período contínuo de precipitação entre os meses Maio e Agosto. Na realidade, o “tempo das águas” balizava-se entre Agosto e Outubro, sendo a chuva muito irregular e por vezes mesmo inexistente¹⁵. O florentino, que escalou o arquipélago em plena época seca, no primeiro mês do ano, não observou aquela realidade, pelo que recorreu a eventuais informações que lhe haviam sido dadas localmente anos antes, bem como a alguma imaginação, na redacção do seu tardio relato desta jornada.

Francesco Carletti vai mais longe no estabelecimento das vantagens da mulher mulata, considerando que algumas delas, pelo seu valor, juízo, trato, forma do corpo e graciosidade dos seus membros ultrapassavam efectivamente as europeias, sendo apenas a cor um elemento negativo. O autor afirmou que ele próprio se deixara encantar por estas mulheres, que considerou muito belas, independentemente da tonalidade da pele, à qual os homens da terra se tinham habituado. Esta descrição laudatória das mestiças cabo-verdianas integra-se plenamente numa das temáticas mais queridas na obra de Carletti, as mulheres, assunto que, como já se referiu, percorre todo o texto, com particular intensidade na sua passagem sobre Goa, tendo logo uma aprofundada menção nesta primeira etapa da sua viagem, em Cabo Verde. À descrição, por vezes eufórica, das nativas das várias regiões do globo, que parecem exercer grande atracção sobre o imaginário erótico do jovem florentino, juntaram-se ocasionalmente pormenores luxuriosos sobre a vida sexual de certas comunidades, “descritas com a precisão de um etnógrafo”¹⁶. O aspecto mais interessante a ressaltar aqui é que o autor se afastava consideravelmente do mito europeu negativo da mulher negra africana, admirando características contrárias ao ideal feminino renascentista, nomeadamente a alvura de pele. É, sem dúvida, uma sensibilidade própria de Carletti, que não hesita em apreciar positivamente mulheres com características distantes dos arquétipos europeus.

Segundo Carletti, a mestiçagem era, pois, uma tendência crescente e que já se vinha afirmando havia décadas. De facto, desde meados do século XVI assistia-se ao crescimento do número de mulatos na ilha de Santiago. Era, contudo, um grupo assaz heterogéneo, contando-se entre os seus membros indivíduos reconhecidos, abastados e legitimados¹⁷, pertencentes portanto ao grupo superior da sociedade insular, mas também homens cativos ou alforriados muito pobres. Na época em que Carletti passou em Cabo Verde existia esta diversidade entre os mestiços de Santiago, mas não deixa de ser significativo que o florentino os tenha integrado no grupo dominante da sociedade local. A mulatização da elite social, com a conseqüente tomada do poder político e económico por este grupo, consolidou-se ao longo de seiscentos, na mesma medida da crise comercial do arquipélago e da interrupção da renovação dos contingentes brancos cabo-verdianos¹⁸.

Francesco Carletti deu ainda mais três informações sobre a sociedade de Santiago. Em primeiro lugar, a existência na Ribeira Grande de numerosos mercadores estantes ou de passagem que aí iam negociar, sinal do ainda significativo cosmopolitismo da capital, como

¹⁴ Vejam-se as referências a cartas de inícios de seiscentos do jesuíta Baltazar Barreira sobre este assunto em Graça Maria Correia de Castro, *O Percurso Geográfico e Missionário de Baltazar Barreira em Cabo Verde, Guiné, Serra Leoa*, Lisboa, Sociedade Histórica para a Independência de Portugal, 2001, p. 113.

¹⁵ Cf. Ilídio do Amaral, “Cabo Verde: Introdução Geográfica”, in *História Geral de Cabo Verde*, vol. I, coord. Luís de Albuquerque e Maria Emília Madeira Santos, Lisboa / Praia, Instituto de Investigação Científica Tropical / Direcção Geral do Património Cultural de Cabo Verde, 1991, pp. 4-8.

¹⁶ Veja-se *Voyage autour du Monde ...*, pp. 37-40.

¹⁷ No caso da legitimação podiam verificar-se duas situações: os pais de situação social média tendiam, eles próprios, a interceder junto do poder central para legitimar os filhos e até torná-los seus herdeiros caso não tivessem outros descendentes; os indivíduos de posição mais elevada davam aos filhos educação, poder económico e reconhecimento social local, mas eram os bastardos que pediam aquela mercê ao soberano, após a morte do progenitor.

¹⁸ Iva Cabral, “Ribeira Grande: Vida Urbana, Gente, Mercancia e Estagnação”, in *História Geral de Cabo Verde*, vol. II, coord. Maria Emília Madeira Santos, Lisboa / Praia, Instituto de Investigação Científica Tropical / Instituto Nacional de Cultura de Cabo Verde, 1995, pp. 252-56; Maria Emília Madeira Santos, “Mulatos, sua legitimação pela Chancelaria Régia no século XVI”, in *Stvdia*, nº53, Lisboa, Instituto de Investigação Científica Tropical, 1994, pp. 237-46.

primeiro centro do trato cabo-verdiano. A população flutuante manteve-se efectivamente como um grupo urbano assaz numeroso até aos primeiros anos do século XVII, só começando a declinar a partir desta data, em função da perda de importância do arquipélago no trato com a Guiné¹⁹. Por outro lado, assinalou a presença de um conjunto muito significativo de sacerdotes, que prestavam a assistência espiritual aos habitantes sob as ordens do bispo. Esta realidade também pode ser confirmada, nomeadamente pelo facto da despesa com as ordinárias dos eclesiásticos representar mais de metade dos gastos da Coroa no arquipélago, na viragem dos séculos XVI para XVII, sendo que a principal fonte de receita provinha dos réditos cobrados sobre o comércio da costa africana²⁰. Por fim, o italiano apontou a existência de numerosos negros na ilha, a maior parte dos quais escravos, assinalando porém a existência de alguns forros dedicados ao comércio. Os negros não livres, além de desempenharem tarefas na cidade, serviam essencialmente no cultivo das grandes propriedades do interior da ilha.

O florentino apontou também a presença de uma autoridade tutelando a comunidade local, personificada no governador, enviado pela Coroa portuguesa para a manter a terra sobre o seu controlo. Exercia então o cargo de capitão-geral Brás Soares de Melo, o segundo fidalgo designado para o efeito, desde que em 1587 fora criada esta figura cimeira da administração régia insular²¹.

No que se refere à paisagem da ilha de Santiago, Francesco notou claramente a dualidade entre cidade e campo, a primeira num porto junto ao litoral, o segundo nos vales do interior. O florentino registou deslocação das elites cabo-verdianas das suas casas na cidade para as suas grandes propriedades rurais, de melhores ares, em certas épocas do ano. O universo que descreveu, nomeadamente os frutos e fauna exótica da ilha, reportava-se porém ao ambiente urbano, pois é claro não realizou qualquer deslocação ao interior de Santiago.

A exposição destes aspectos remete para outra das temáticas referidas na descrição das regiões percorridas na sua viagem: a flora²². O florentino não descreveu muitas plantas no seu texto, mas prestou particular atenção aos frutos comestíveis, referindo-se a características como a cor, a dimensão, o gosto, o cheiro, o tacto, este último por vezes associado à pele de uma mulher. São descrições muito sensitivas, não tanto científicas, embora feitas com grande pormenor e método²³. Mais do que o investigador informado, quem transparece no relato é um jovem deslumbrado com o exotismo de terras distantes, pelo que as pontuais deambulações fora do âmbito comercial se centram essencialmente nos prazeres percebidos pelos sentidos. Na descrição recorre-se ainda aos padrões europeus conhecidos, como forma de exprimir o exótico.

Assim, em termos de flora, Carletti cingiu-se a enumerar os dois frutos que lhe foram servidos à mesa durante a sua estadia na cidade e que lhe despertaram maior atenção: os cocos e as bananas. Os primeiros, nascidos de árvores existentes no interior da ilha, eram “grandes como a cabeça de um homem”. As segundas, provenientes de uma planta de frescas folhas verdes tão grandes que cobriam um homem, tinham um palmo de comprimento, a grossura de um pepino, uma textura lisa mas mais dura que a de um figo e a consistência de um melão maduro, embora sem sumo. Neste caso o autor delonga-se um pouco mais, descrevendo as diversas formas de ingestão e confecção das doces bananas, assadas, grelhadas, em vinho branco como peras, entre outras, revelando assim, além das dimensões visual e táctil, o prazer gustativo sentido aquando desta jornada.

O inventário da fauna refere animais muito pouco ou mesmo nunca citados por outras fontes, não havendo razões para pôr em causa a sua fiabilidade, até pela descrição minuciosa realizada. Estão neste caso as galinhas da Guiné, que Carletti afirmou serem caçadas pelos habitantes de Santiago e que qualificou como “não menos boas que belas”, pelas manchas brancas redondas que pontuavam a sua plumagem negra; a grande quantidade de gatos de

¹⁹ Iva Cabral, “Ribeira Grande ...”, in *História Geral de Cabo Verde ...*, vol. II, pp. 245-51.

²⁰ Cf. André Teixeira, “A tributação e as finanças”, in *Nova História da Expansão Portuguesa*, vol. III, tomo II, Lisboa, Editorial Estampa, 2005, pp. 159-68.

²¹ Veja-se Zelinda Cohen, “Administração das Ilhas de Cabo Verde e seu Distrito no Segundo Século de Colonização (1560-1640)”, in *História Geral de Cabo Verde ...*, vol. II, p. 190 e André Teixeira, “A Administração das Ilhas”, in *Nova História da Expansão Portuguesa ...*, vol. III, tomo II, pp. 66-70.

²² Como se afirma na introdução à edição francesa desta obra, o relato de Carletti deu-se numa época em que na Europa, e sobretudo na Toscânia, despontava um grande interesse e curiosidade pela botânica de regiões longínquas.

²³ *Voyage autour du Monde ...*, pp. 35-40.

algália, que segregavam um excelente almíscar; o “número infinito” de macacos, de longa cauda e a quem os habitantes locais ensinavam a dançar e outros jogos e gracejos. Neste último caso, o florentino aludiu a uma curiosa experiência pessoal vivida durante a sua estada em Cabo Verde, quando vira um macaco ensinado a permanecer durante todo o jantar num canto de uma mesa com uma vela na mão, alumando os que comiam sem fazer qualquer erro, tal como faziam normalmente os escravos; quando sentia que se podia queimar, o bugio passava a vela de uma mão a outra com extrema habilidade, só deixando cair em caso de dor insuportável.

A nota referente à abundante fauna piscícola já é comum a outras fontes da época, salientando-se aqui que os peixes deveriam ser salgados no próprio dia da pesca, sob pena de se estragarem. Carletti veiculou ainda a tradição local de que, quando se pescava de noite, era necessário ter grande atenção para não deixar que as capturas fossem alumadas pelo luar, sob pena de se infectarem irremediavelmente. Caso isso acontecesse, só os escravos os podiam comer, aliás como um conjunto de toda a sorte de alimentos impróprios e estragados que apanhavam nos lugares mais imundos e que lhes causavam numerosas doenças. O italiano fazia assim uma referência não displicente à fome, pelo menos ocasional, sentida por estes estratos inferiores da sociedade em ambiente urbano²⁴.

Finalmente, no que à fauna diz respeito e não apresentando também aqui grande novidade face a descrições coevas, Carletti notou a existência de grande quantidade de carne de cabra no arquipélago, caindo porém em incorrecção quando afirmou que esta era sobretudo oriunda da ilha do Fogo. Na verdade, o povoamento e desenvolvimento económico desta ilha durante o século precedente pouco se ficara a dever à criação extensiva de gado, mas antes ao cultivo do algodão, um produto central nas trocas entre Cabo Verde e a Guiné²⁵. Fora no Barlavento do arquipélago, nomeadamente em Santo Antão, São Nicolau e São Vicente, e nas ilhas da Boavista e Maio, que o modelo económico de quase exclusiva dependência face aos rendimentos dos derivados de gado caprino se aplicara, pelo que era nestas que aquele mais abundava²⁶.

Ainda no que se refere ao Fogo, Carletti voltou a ser impreciso quando afirmou que esta ilha era assim denominada por ter um vulcão “de onde saem continuamente chamas”. Para além de ser falso este carácter permanente da actividade vulcânica, não há qualquer notícia de erupções no ano em que visitou o arquipélago. Segundo Orlando Ribeiro, estão documentadas manifestações daquele tipo em 1564 e 1596, sendo altamente improvável que esta última pudesse representar o culminar de uma actividade vulcânica iniciada dois anos antes. A passagem do florentino sobre este assunto parece antes coincidir com a de outros viajantes que, sem terem avistado o Fogo, guardavam dele aquela temerosa imagem, certamente veiculada pelos habitantes de Santiago²⁷. De facto, ao longo deste texto, o verdadeiro e o falso entrelaçam-se por vezes, de tal forma que se torna difícil distinguir as linhas que os separam. Só recorrendo à comparação com outras descrições coevas se consegue traçar os limites da realidade e ter consciência da admiração de um olhar europeu sobre um espaço tropical, como Cabo Verde.

Mas se em relação a estes pormenores o autor é pouco credível, já no que se refere ao comércio de carne salgada em grande escala, tendo por base este arquipélago, as suas informações são absolutamente inquestionáveis e assaz interessantes. O italiano descreveu um “negócio considerável”, em que grande número de mercadores, oriundos de Portugal, Madeira e Canárias, vinham a Cabo Verde em suas caravelas para comprar carne caprina salgada aos habitantes do arquipélago, vendendo em troca farinhas, vinhos, legumes e frutos secos. O bem

²⁴ A mendicidade urbana era uma realidade entre os grupos de mulatos e negros forros insulares, cf. Iva Cabral, “Ribeira Grande ...”, in *História Geral de Cabo Verde ...*, vol. II, pp. 243-44.

²⁵ Cf. Maria Manuel Torrão, “Subsídios para a História Geral de Cabo Verde. O algodão da ilha do Fogo...”, in *Stvdia*, nº50, Lisboa, Instituto de Investigação Científica Tropical, 1991, pp. 157-76; António Correia e Silva, “Espaço, Ecologia e Economia Interna”, in *História Geral de Cabo Verde ...*, vol. I, pp. 183-86.

²⁶ Cf. André Teixeira, “A pecuária”, in *Nova História da Expansão Portuguesa ...*, vol. III, tomo II, pp. 127-32. Vejam-se os casos estudados por Artur Teodoro de Matos, “Santo Antão de Cabo Verde: Gente, Recursos e Organização do Poder nos Séculos XVI e XVII. Elementos para o seu estudo”, in *História das Ilhas Atlânticas (Arte, Comércio, Demografia, Literatura)*, Actas do IVº Congresso Internacional de História das Ilhas do Atlântico, Madeira, Governo Regional da Madeira, 1997, vol. II, pp. 343-49 e André Teixeira, *A Ilha de São Nicolau de Cabo Verde nos séculos XV a XVIII*, Lisboa, Centro de História de Além-Mar da Universidade Nova de Lisboa, 2004, pp. 69-101.

²⁷ Cf. Orlando Ribeiro, *A Ilha do Fogo e as suas erupções*, 2ª edição, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 1998, pp. 207-14 e 278-79.

resgatado era depois levado para o arquipélago de São Tomé, para o Brasil e para outros lugares na América, dando assim considerável lucro.

É interessante que Carletti tenha assinalado este circuito comercial, precisamente numa época em que ganhava um grande impulso, já que no período anterior o comércio internacional de derivados de gado centrara-se fundamentalmente na comercialização de peles e sebo, sobretudo em virtude da precariedade das técnicas de conservação. A carne, que antes alimentava apenas os cabo-verdianos e abastecia as armadas que escalavam o arquipélago, passou a ser transaccionada em grande escala sob a forma de "chacinas salgadas" para diferentes regiões do Atlântico²⁸. É elucidativo o circuito deste trato oceânico revelado por Carletti, em que mercadores ibéricos ou das ilhas norte-atlânticas traziam a Cabo Verde os bens alimentares aqui necessários, adquirindo neste arquipélago a carne ali produzida.

Enquanto mercador e informador do grão-duque da Toscânia, Carletti pode se ter esquecido da origem da carne em Cabo Verde e até fantasiado aspectos da sua geografia, mas conhecia claramente as suas linhas de comércio, mesmo sem nunca as ter percorrido, certamente pelo que aprendera na sua estadia em Sevilha.

3. O tráfico negreiro Santiago-América Espanhola: licenças, escravos e custos

Se o relato de Francesco Carletti é de grande riqueza relativamente à forma como retrata a terra e a sociedade de Santiago no final do século XVI, a sua descrição sobre o tráfico de escravos para a América Espanhola a partir de Cabo Verde é uma das mais pormenorizadas e esclarecedoras que algum viajante daquela época escreveu sobre o tema, retratando as rotas comerciais que se articulavam no Atlântico.

Tendo sido enviado por seu pai Antonio Carletti de Florença para Sevilha, para aí "aprender a profissão de mercador" ao serviço do comerciante florentino Nicolau Parenti, Francesco rapidamente se integrou nos meandros do tráfico de escravos para as Índias de Castela. Sevilha era naquela época, efectivamente, o local por excelência para uma eficaz aprendizagem nos negócios internacionais para a América²⁹. Ao fim de dois anos de "estágio mercantil", o jovem Carletti já dominava os mecanismos deste trato. Para executar os seus negócios planeou partir da cidade andaluza em direcção a Cabo Verde, entreposto de compra de escravos, para daí os transportar para Cartagena (na actual Colômbia), uma das portas de entrada para os locais de venda na América. O Atlântico, espaço geográfico onde decorreria este negócio, seria sulcado na vertical até Santiago de Cabo Verde e na horizontal daqui a Cartagena, no Novo Mundo.

Assim, para se deslocar até às Índias tornou-se procurador de uma dama sevilhana, uma forma de tornear a interdição da participação de estrangeiros no comércio com a América, estabelecida pela Coroa Espanhola³⁰. Não deixa de ser interessante referenciar que esta dama era esposa do mercador César Baroncini, originário de Pisa e agente dos Médicis em Sevilha. Eram, indiscutivelmente, as relações de amizade a funcionar como estratégia mercantil.

Seguindo correctamente todos os passos necessários a uma eficaz participação neste trato, Francesco fretou um navio de 85 toneladas, obteve o despacho da Casa da Contratação,

²⁸ Cf. Maria Manuel Torrão, *Dietas Alimentares. Transferências e Adaptações nas ilhas de Cabo Verde (1460-1540)*, Lisboa, Instituto de Investigação Científica Tropical, 1995, pp. 39-40 e T. Bentley Duncan, *Atlantic Islands. Madeira, the Azores and Cape Verdes in Seventeenth Century. Commerce and Navigation*, Chicago / Londres, University of Chicago Press, 1972, p. 170.

²⁹ Sobre a importância de Sevilha no comércio internacional existe uma extensa bibliografia, sendo de mencionar, entre outras possíveis, as seguintes obras: Huguette e Pierre Chanuu, *Seville et l'Atlantique (1506-1650)*, 11 volumes, vols. 1-5, Paris, Armand Colin, 1955-1956; vols. 6-11, Paris, SEVPEN, 1956-1959; Pierre Channu, *Sevilha e a América nos Séculos XVI e XVII*, São Paulo / Rio de Janeiro, Difel, 1980; A. García-Baquero González, *La Carrera de Indias: Suma de la Contratación y Oceano de Negocios*, Sevilha, Algaida Editores, 1992; Enriqueta Vila Vilar, *Hispano-América y el Comercio de Esclavos. Los Asientos Portugueses*, Sevilha, Escuela de Estudios Hispano-Americanos de Sevilla, 1977; Bartolomé Benassar, *Un Siècle d'Or Espagnol*, Paris, Éditions Robert Laffont, 1982; Eufemio Lorenzo Sanz, *Comercio de España con América en la Época de Felipe II*, 2 volumes, 2ª edição, Valladolid, Institucion Cultural de Simancas, 1986.

³⁰ De acordo com uma cédula real publicada em 6 de Dezembro de 1538, Carlos V ordenou que não se consentisse nem permitisse a ida de estrangeiros para as Índias, nem os deixassem passar na qualidade de marinheiros ou de quaisquer outros oficiais. Cf. A. García-Baquero González, *La Carrera de Indias: Suma de la Contratación y Oceano de Negocios*, p. 22.

inscreveu o seu nome juntamente com o de outros marinheiros nos registos legais e, após o exame e controlo das pessoas embarcadas por parte dos oficiais régios, levantou âncora do porto de San Lúcar de Barrameda. Levava consigo 75 licenças para a introdução de escravos nas Índias, documentos imprescindíveis para quem quisesse efectuar tal negócio³¹. Escondido no seu navio seguia também seu pai, Antonio Carletti. Francesco aprendera bem os princípios deste negócio: se por um lado cumpria todos os trâmites legais necessários, por outro interiorizara e praticava na perfeição os estratagemas para ludibriar o apertado monopólio que a Coroa Espanhola montara à participação de estrangeiros nas suas possessões americanas. Negócio complicado, obedecendo a normas rígidas, um jogo comercial que Francesco Carletti teve de aprender para o poder jogar.

Semanas depois de sair de Sevilha, Carletti e o seu navio aportaram em Santiago. Deslumbrado com a terra, este florentino traçou uma descrição onde se alia o relato do exótico com a visão sagaz do mercador. Imediatamente se inteira de onde vêm os escravos e a troca de que mercadorias. Sem quaisquer pruridos esclarece o papel dos africanos enquanto intermediários no comércio negreiro na região dos Rios da Guiné “donde se tira inumeráveis quantidades de mouros prisioneiros de guerra ou roubados entre eles que ... de mão em mão são transportados até Santiago”. Se nas trocas na costa de África os tecidos de algodão e o vinho branco procedente das Canárias e Madeira (este último era uma referência clara ao comércio inter-insular no Atlântico) eram as mercadorias por excelência, em Santiago a troca directa cede lugar aos negócios com dinheiro vivo ou ao recurso às letras de câmbio, como forma de evitar o transporte de grandes somas de dinheiro. Tratavam-se de dois mercados com estádios de desenvolvimento bastante distintos.

Santiago era, nesta época, um entreposto comercial de escravos. Os grandes mercadores locais guardavam nas suas fazendas no interior da ilha parte dos cativos que possuíam para vender. Assim, quando corria a notícia da chegada de navios negreiros, apressavam-se a organizar mostras e loteamentos de africanos, como se de animais se tratassem. A grande procura de escravos que se fazia sentir nestes anos provocava uma alta de preços de venda no porto da Ribeira Grande. Esta era, aliás, uma situação que já ocorria com alguma frequência desde meados do século XVI, em que os moradores de Santiago chegaram inclusivamente a “dar-se ao luxo” de bloquear a venda dos escravos que traziam dos Rios de forma a fazer subir o seu preço. Como relata frei Gaspar da Silveira, havia naus no porto da Ribeira Grande que antes de terem recebido a mercadoria já tinham ajustado o montante por que comprariam os negros vindos dos Rios: “ho estado desta terra é estar muito rica em grande maneira, porque não vem navio de Guiné que velho e menino antes que saia já vem com o preço feito; de vinte e oito mil ficam á feitura desta; estão aqui duas naus antilhanas e os navios que esperam já lhe tem o preço feito a trinta mil reaes todo o escravo”³².

Embora não fosse uma novidade, a situação desagradou logicamente ao mercador Francesco Carletti, que viu as margens de lucro que calculara em Espanha “sobre o papel” diminuir drasticamente, quando confrontado com a realidade no terreno de venda, em Cabo Verde. Baseara os seus cálculos num preço de compra de 50/60 ducados a peça e apenas conseguia comprá-los a 100 ducados. Restava-lhe tentar vendê-los por um bom preço em Cartagena, para recuperar os 40 a 50% de inflação.

³¹ O envio de escravos para as Índias de Castela foi uma prática adoptada pelos Reis Católicos, desde muito cedo. Estes monarcas rapidamente descobriram as vantagens económicas que o regime de monopólio do trato lhes trazia. Assim, criaram e vulgarizaram a utilização de um instrumento imprescindível a todos quantos pretendessem participar no trato de escravos com as Índias de Castela: as licenças. Estas foram o elemento normativo básico de que a administração espanhola se serviu para intender no trato de escravos com o Novo Mundo.

A licença equivalia a um contrato pelo qual a Coroa Espanhola aceitava que determinado indivíduo - o comprador da licença - efectuasse uma transferência de escravos para os seus domínios ultramarinos; fazia-o ou a título de mercê para recompensar serviços prestados, para agradecer os seus “favoritos” ou mais vulgarmente em troca de uma retribuição pecuniária, a qual constituía uma fonte de ingressos para o erário público e uma forma da Coroa obstar às suas dificuldades financeiras.

Os mercadores interessados neste trato rapidamente compreenderam o modo como poderiam retirar dividendos desta situação e solicitaram que a Coroa passasse a conceder tranches de licenças a particulares; estes, em troca da renúncia do monarca à cobrança do tributo dos dois ducados e ao almoxarifado de entrada nas Índias, pagariam em dinheiro uma soma determinada por cada licença. Cf. Enrique Otte e Conchita Ruiz-Burruecos, “Los portugueses en la trata de esclavos negros de las postrimerías del siglo XVI”, in *Moneda y Crédito*, Madrid, Junho 1963, p.10 e seguintes.

³² ANTT, *Corpo Cronológico*, I-83-49, de 9 de Dezembro de 1549, publicado na *Monumenta Missionária Africana*, 2ª série, Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1966 p.408.

Preocupado com a execução do seu trato, Carletti brindou-nos com um minucioso estudo financeiro dos custos totais do seu negócio, em que cada escravo atingia o montante de 170 ducados de custos: 25 ducados por cada licença de introdução de escravos na América Espanhola³³, 16 ducados de imposto do quarto cobrado pela Coroa Portuguesa³⁴, 100 ducados pela compra de cada escravo, 21 ducados pelo transporte na viagem Santiago – Cartagena e cerca de 8 ducados de despesas miúdas. Atendendo a que poderia ainda sofrer baixas a bordo, afigurava-se necessário vender estes negros nas Índias a mais de 200 ducados, para obter pelo menos uma margem de lucro de 15%, o que mesmo assim era manifestamente pouco neste tipo de tráfico.

Todos estes detalhes, para além dos meros cálculos financeiros, conseguem transmitir pormenorizadamente os mecanismos de regulamentação administrativa impostos pelas Coroas de Espanha e de Portugal, ou seja, aquilo a que se podem chamar os suportes normativos do tráfico. Se por um lado ninguém podia introduzir escravos no Novo Mundo sem uma licença do rei de Espanha, por outro era necessário recorrer aos portos africanos controlados por Portugal para a sua aquisição. O acesso aos espaços mercantis ultramarinos ibéricos estava protegido por monopólios de carácter estatal. Autorizações de circulação e impostos elevados e pré-estabelecidos faziam parte desta realidade comercial.

Retornando ao ponto do negócio em que havíamos ficado, apesar de Carletti ter concluído para si próprio que os lucros de que iria auferir eram manifestamente inferiores aos que esperara, em face do alto preço a que os mercadores de Santiago vendiam os escravos, estava já num “ponto sem retorno”: fretara um navio, contratara uma tripulação, comprara licenças na Casa da Contratação, deslocara-se até Santiago. Restava-lhe apenas seguir em frente. Assim, adquiriu os escravos para os quais tinha licenças, organizou-os em lotes, nomeou um “chefe” para cada grupo e embarcou em direcção a Cartagena. A viagem de 3.000 milhas, percorrida em 30 dias, em conserva com outro navio negreiro, foi descrita com elementos interessantes e enriquecedores. Por exemplo, a forma de acomodação dos escravos a bordo, separados homens e mulheres, os primeiros sob a ponte, “comprimidos e apertados uns contra os outros” num espaço reduzido em que praticamente não se conseguiam mover e as segundas sobre a ponte. Há também uma referência à ração alimentar diária, dada uma vez por dia e composta por milho cozido³⁵ com óleo e sal.

Os procedimentos que envolvem o embarque e o transporte dos escravos merecem por parte de Carletti comentários sobre a justiça e a legalidade de se lucrar com este negócio de “carne e sangue humanos”. Afirma mesmo o seguinte: “este tráfico parece-me inumano e indigno da fé e piedade cristã. Eles (os negros) diferem de nós na cor e na fortuna, mas têm alma igual à nossa criada pelo Divino criador”. Remorsos verdadeiros ou de conveniência? Emoção, sem dúvida, de ver, como nunca havia visto, pessoas serem atadas como animais, marcadas com

³³ Fernando, *o Católico*, estabeleceu, em 1513, um imposto de dois ducados sobre cada licença de importação de escravos para as Índias. Esse valor foi subindo sucessivamente ao longo do século XVI de acordo com as conjunturas financeiras da fazenda real. De 6 ducados e meio durante a licença monopolista dos alemães (preço que se mantinha estável no final da década de 1530) passou para 7 ducados em Setembro de 1541, subindo mais um ducado em Outubro de 1545; a grande alteração ocorreu em 1561, em que de 9 ducados o valor de cada licença subiu para 30 ducados, o que levou a Coroa a estabelecer facilidades de pagamento destas cédulas. Os compradores só tinham de desembolsar a pronto 1/3 de dinheiro em contado, podendo pagar os restantes 2/3 no prazo de um ano, desde que dessem garantias fiáveis. Durante os 30 anos seguintes o preço das licenças não se modificou, embora a partir de 1570 os 2/3 que podiam ser pagos a prazo, deixassem de ser pagos em dinheiro, utilizando antes os mercadores no pagamento juros que tinham assentes na Casa da Contratação de Sevilha, referentes a empréstimos que anteriormente tinham feito ao rei.

Nas últimas décadas do século XVI, as queixas das autoridades e dos habitantes da América Espanhola, sobre a escassez de escravos, devido ao seu alto preço, tornaram-se de tal forma intensas, que Filipe II teve de prescindir dos 30 ducados que cobrava por cada licença, para liberalizar os preços a valores inferiores. Daí que Francesco Carletti indique que comprara as licenças a 25 ducados.

³⁴ Carletti indica a quantia de 16 ducados como um valor de referência para o quarto cobrado pela Coroa Portuguesa. Mas com exactidão o imposto do quarto correspondia ao pagamento de 25% do preço de cada escravo. Assim, para um escravo que custasse 100 ducados, como Carletti refere, o imposto do quarto deveria ser de 25 ducados.

³⁵ O milho que servia para alimentar os escravos nestas viagens era previamente importado da região da costa da Guiné para Santiago. Tratava-se ainda dos chamados milhos africanos (o *Sorghum* e o *Pennisetum*), que há muito faziam parte dos hábitos alimentares dos africanos. Cf. Maria Manuel Torrão, *Dietas Alimentares ...* p.31 e segs. e 46 e segs.

ferros em brasa, amontoadas sem dignidade, afastadas compulsivamente das suas famílias e dos locais onde sempre haviam vivido. Realidades que não deixariam de sensibilizar um homem capaz de deixar apontamentos tão ricos como os da descrição de Carletti, mas que era ao mesmo tempo um comerciante. Imbuído deste espírito mercantil, Francesco Carletti via igualmente em cada escravo um número, um elemento do seu negócio... Cada morte significava não só o falecimento de um homem, mas principalmente uma quebra na sua margem de lucros. Mentalidade própria dos negreiros da época e deste homem em particular, cujo texto deixa transparecer a aliança entre o relato de um aventureiro europeu quinhentista e a visão de um mercador que tentou a sua sorte num negócio que, nos finais de quinhentos, articulava as economias europeia, africana e americana.